



4º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA

***Prioridades e
Recomendações
(2011-2014)***

INFRAESTRUTURA

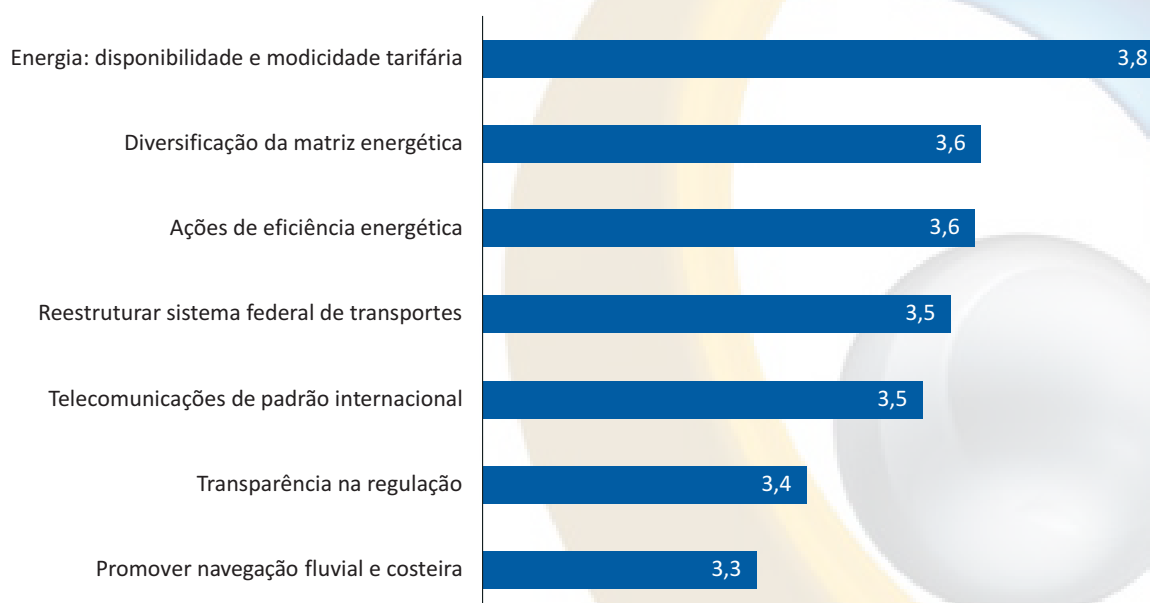
DOCUMENTO DE TRABALHO

SESSÃO TEMÁTICA

INFRAESTRUTURA

Indicador de importância das prioridades

(Resultado da pesquisa de opinião realizada com sindicatos, federações e associações setoriais da indústria)



O indicador varia de 1 a 4, sendo 4 o mais importante e 1 o menos importante.

Energia: disponibilidade e modicidade tarifária	1. Assegurar o fornecimento, a qualidade e a competitividade do fornecimento de energia
Diversificação da matriz energética	2. Estimular a diversificação da matriz energética
Ações de eficiência energética	3. Incentivar a conservação, a eficiência e o uso racional da energia
Reestruturar sistema federal de transportes	4. Reestruturar o sistema federal de transportes (Ministério dos Transportes, Secretaria Especial de Portos, Agências Reguladoras, Cias. Docas e demais órgãos do setor) para aumentar a eficiência na gestão e na elaboração de estudos e projetos
Promover navegação fluvial e costeira	5. Aumentar a participação da navegação fluvial e de cabotagem na matriz de transporte de cargas
Telecomunicações de padrão internacional	6. Aproximar o custo e a qualidade dos serviços de telecomunicações praticados no Brasil dos padrões internacionais
Transparência na regulação	7. Aumentar a qualidade da regulação e a transparência no processo regulatório



4º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA

A recuperação da economia brasileira, as descobertas de petróleo e gás natural na camada do pré-sal, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016 abrem uma oportunidade inédita de investimentos na infraestrutura do País.

Existe uma crescente demanda do setor produtivo e da sociedade por serviços de infraestrutura de menor custo, mais eficientes, confiáveis e sofisticados. Entretanto, a execução dos projetos pelo Poder Público tem sido abaixo do esperado devido a diversos problemas ainda não resolvidos.

Há consenso de que a superação das deficiências em infraestrutura não se dará sem a efetiva participação privada no investimento e na gestão dos serviços. A regra de ouro para atrair capitais privados é segurança jurídica e bons marcos regulatórios.

A maior participação do investimento privado na infraestrutura, bem como novas formas de parceria entre o setor público e o empresariado, exigem o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, das estruturas de gestão e de planejamento setorial. Um conjunto de questões deve ser enfrentado.

1) Investimentos públicos e privados: aumento dos aportes

O Brasil investe pouco em infraestrutura. No último biênio, foram investidos cerca de R\$ 60 bilhões por ano. Somente para reverter o déficit de serviços hoje existente nos setores de transportes, energia e saneamento básico, deveríamos investir cerca de 5% do PIB, ou seja, R\$ 145 bilhões/ano.

Existe um déficit anual de investimentos da ordem de R\$ 85 bilhões, isso sem contar com as novas demandas advindas da exploração do pré-sal e da realização da Copa e dos Jogos Olímpicos.

O PAC representa avanços importantes na transparência das ações e nos instrumentos de gestão para acompanhar as obras e identificar problemas. Apesar disso, o investimento público ainda não alcançou a velocidade e os volumes esperados.

O sucesso do Programa e de futuras iniciativas dependem diretamente do aumento da eficiência da máquina pública. Em várias áreas, em especial no setor de transportes, faltam equipes técnicas adequadas para propor e analisar estudos de viabilidade e projetos, visando a agilização das licitações de obras.

Recomendações:

- Assegurar maior participação da iniciativa privada nos investimentos de infraestrutura;
- Utilizar o instrumento das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na viabilização dos investimentos;
- Buscar maior eficiência na execução do orçamento da União assegurando a realização dos investimentos programados;

- Observar prioridade técnica e econômica no processo de escolha das obras;
- Reduzir os prazos e a burocracia nos processos licitatórios.

2) Energia Elétrica: disponibilidade e modicidade tarifária

O custo da energia elétrica para o consumidor industrial tem crescido sistematicamente acima da inflação. A disponibilidade de energia é um determinante da capacidade competitiva da indústria.

É preciso assegurar acesso ao suprimento de energia pela indústria com qualidade e preço que lhe garantam condições de competitividade nos mercados interno e externo. Inseguranças sobre a disponibilidade de energia e de seu nível futuro de preços postergam decisões de investimentos e desarticulam processos produtivos.

Recomendações:

- Aumentar a oferta de energia de fonte hidrelétrica e da biomassa, e o suprimento de gás natural às termelétricas;
- Reduzir a carga tributária sobre o preço da energia elétrica, principalmente os encargos setoriais incidentes nas tarifas;
- Reduzir os prazos de licenciamento ambiental dos projetos;
- Demarcar as áreas das bacias com potenciais aproveitamentos hídricos na Amazônia;
- Implantar novas usinas nucleares, de forma a aumentar a oferta de energia elétrica e a não haver descontinuidade no conhecimento adquirido;
- Promover a diversificação da matriz energética por meio de investimentos em fontes renováveis e competitivas de energia;
- Consolidar e ampliar o mercado livre de energia;
- Incentivar a conservação e a eficiência energética;
- Dar maior transparência e ampliar a participação da indústria nos processos de revisão tarifária;
- Definir soluções adequadas para renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cujos contratos terminam a partir de 2015.

3) Agências Reguladoras estáveis e autônomas

As agências reguladoras são fundamentais para a expansão dos investimentos em infraestrutura e para a garantia dos direitos dos usuários desses serviços. Devem ser dotadas de: (i) independência decisória; (ii) autonomia financeira; (iii) delimitação precisa de suas funções; (iv) transparência na atuação; e (v) excelência técnica.

Regras claras e estáveis geram confiança nos investidores. Um marco regulatório adequado, que garanta autonomia e eficiência para as agências reguladoras é fundamental para a atração de novos investimentos e para a modernização da infraestrutura brasileira.

Recomendações:

- Aprovar a PEC 81/03 (princípios para atuação das agências);
- Aperfeiçoar o PL 3.337/04 (lei geral das agências reguladoras);
- Definir claramente as competências de cada órgão regulador;
- Ampliar a autonomia financeira e administrativa das agências;
- Observar critérios técnicos na escolha de seus dirigentes e reforçar o nível de profissionalização de seus quadros;
- Dar maior transparência aos processos de decisão e regulamentação.

4) Transportes: importantes entraves a serem superados

Os principais problemas identificados no setor de transportes são: deterioração da rede viária terrestre, dificuldades de acesso aos portos, ausência de planejamento e de políticas de integração modal, marcos regulatórios defasados, falta de priorização dos modos de transporte mais eficientes e modelo de gestão do Estado inadequado.

O efeito dessa situação é a baixa eficiência dos serviços de transporte prestados ao setor produtivo nacional. Os custos de transporte no Brasil, em vários importantes trechos logísticos, são bastante superiores à média praticada no mercado internacional.

Recomendações:

- Reestruturar o sistema de gestão na área dos transportes, capacitando o Ministério dos Transportes para que possa melhor realizar o planejamento de longo prazo e os programas de obras.
- Assegurar a participação de representantes dos usuários no CONIT – Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte;
- Aumentar a oferta e a competição no transporte marítimo de cabotagem de cargas;
- Reestruturar as administrações hidroviárias e desenvolver o sistema de navegação interior;
- Aprovar o PLS 209/2007, com alterações, para prever a construção de eclusas juntamente com novas barragens nos rios navegáveis e potencialmente navegáveis, sem transferir esses custos para a tarifa da energia elétrica;
- Reduzir os gargalos que impedem o aumento da velocidade média no transporte ferroviário;

- Aperfeiçoar a legislação sobre direito de passagem e tráfego mútuo no sistema ferroviário;
- Agilizar a expansão dos aeroportos e terminais de carga. Privatizar aeroportos selecionados;
- Reestruturar as administrações portuárias, privatizando-as ou profissionalizando efetivamente a sua gestão;
- Realizar o saneamento financeiro das empresas portuárias públicas. Dar solução ao excesso de contingente de trabalhadores nos portos públicos;
- Atualizar as resoluções da ANTAQ 55/02 e 517/05, que tratam de arrendamentos de aéreas públicas e de outorgas de terminais portuários;
- Flexibilizar o monopólio das associações regionais de práticos;
- Eliminar as reservas de carga nos acordos bilaterais de navegação de longo curso.

5) Saneamento básico: universalização exige participação privada

O governo federal estimou em 2000 que a universalização do saneamento poderia ser alcançada em 2020 mediante investimento anual de R\$ 10 bilhões. No entanto, no período entre 2000 e 2007, só foram aplicados R\$ 30 bilhões, ou seja, apenas R\$ 4,3 bilhões por ano.

Uma alternativa a esse impasse seria o aumento da participação privada nos investimentos em saneamento, principalmente por meio das Parcerias Público-Privadas e concessões tradicionais.

Um dos fatores que dificultam essa participação é a ausência de agências reguladoras estruturadas para a fiscalização e regulação do setor. De acordo com a Lei 11.445/2007, as agências devem estar estruturadas até o final de 2010. Porém, até o momento apenas 16% dos municípios possuem entidade responsável pela regulação da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Recomendações:

- Atrair investimentos privados para o setor de saneamento;
- Estruturar agências reguladoras do setor, conforme previsto na Lei do Saneamento;
- Concluir a discussão sobre a necessidade ou não da regulamentação da Lei 11.445/2007 para dar maior estabilidade ao mercado.

6) Telecomunicações: plano de banda larga para alcançar *benchmarks* internacionais

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representa uma revolução na vida das pessoas, assim como nas empresas e na gestão do setor público. Um maior desenvolvimento das telecomunicações é prejudicado por uma carga tributária excessiva.

